



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 26 de março de 2024 - Ata n.º 20.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^ª Secretária), “sob a proteção de *DEUS*”, iniciou os trabalhos da **20.^ª Sessão Ordinária da 2.^ª Sessão Legislativa da 20.^ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, 2.^ª Secretária, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^ª 2.^ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 19.^ª Sessão Ordinária, de 25 de março de 2024). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Tercilio Turini se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)



Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 204/2024** do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Respostas da EPR Litoral Pioneiro** aos expedientes enviados n.os 635 e 636/2024, referentes a Requerimentos do Deputado Gugu Bueno; e **Notícia de Fato n.º 0046.24.028304-7** do Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco, Eduardo Albani Dala Costa, por solicitação do Deputado Luiz Fernando Guerra. Seja bem-vindo. Primeiro orador inscrito, Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.º Deputados, Sr.ªs Deputadas. Eu subo a esta tribuna para falar sobre um tema importante, do interesse público no Estado do Paraná, que é o tema dos pedágios. Antes, gostaria de ressaltar a importância de que esta tribuna seja usada para cumprir aquilo que determina a nossa Constituição, que aqui não seja espaço para a *“bancada do click”*. Está todo mundo aqui dentro contaminado e, de certa maneira, não percebeu o que foi a Sessão de ontem aqui. Se um marciano descesse e chegasse à Assembleia Legislativa do Paraná, teria a conclusão de que aqui não estão representantes do povo do estado, que é gente preocupada em ter razão, em produzir vídeo para a internet para ganhar curtidinha e para ver se fica famosinho por aí. Isso envergonha o Parlamento, isso distorce o que é a atividade de um Deputado Estadual e isso, com toda e absoluta certeza, atrapalha o Estado. Tenho ficado - e gosto demais de usar a tribuna, sou jornalista, todos os senhores sabem -, mas tenho ficado mais silente nos últimos dias porque não quero ser confundido com aqueles que precisam a todo custo de holofotes. Isso vai cansando, vai desgastando e nos remete a uma posição de inferioridade. A Assembleia faz feio! Outro dia um cidadão me disse: *“Fui acompanhar as*



discussões na Assembleia, da galeria, e a sensação que tive era que era um circo. Ninguém presta atenção em ninguém, uma gritaria, ofensas de um lado para outro. Parlamentares relatam à boca pequena que não aguentam mais participar das discussões aqui no Plenário. Então, não faço parte disso e quero reiterar que subo à tribuna hoje para discutir o Paraná - o que é minha função -, e o tema escolhido é o pedágio. Apresentei hoje, Sr.^s Deputados, uma Emenda à Lei n.^º 19.924, de 2019, de autoria do Deputado Anibelli. É uma lei boa, mas pode ser aprimorada. Esta lei obriga as concessionárias de rodovias a serem transparentes, a prestarem contas ao cidadão. E eu ampliei o leque. Nesta Emenda à Lei, as concessionárias deverão expor em outdoors nas estradas próximas às praças de pedágio quais são as obras que realizam, quando iniciam, quando terminam, quanto custam, qual é o prazo. Precisa que as informações todas sejam dispostas em um site específico da internet, para que a população possa fiscalizar os pedágios. E mais: nas redes sociais, porque sabemos que a população hoje tem acesso ao *Instagram*, tem acesso ao *Facebook*, ao *TikTok*, ao *Twitter*, a todas as redes. O que se cobra, portanto, é a transparência. Ninguém é contra o pedágio. Não tem como melhorar as estradas se não houver a concessão de rodovias. Muito bem, o processo andou, temos as primeiras cobranças acontecendo agora, mas a população tem o direito de saber que obras são, quando iniciam, quanto vão custar, qual é o prazo para conclusão. Isso é o mínimo. Ao mesmo tempo em que o cidadão tem o direito de saber, a concessionária tem a obrigação de prestar contas. As estradas são públicas, concedidas, são BRs e PRs, exploradas economicamente, com uma razão: obra. Pois muito bem, que haja transparência na prestação de contas. Há pouco eu conversava com o Deputado Gugu, Presidente da Comissão de Obras aqui da Assembleia, e ele me informava que, no próximo dia 9 de abril, receberemos aqui os diretores dos consórcios, das empresas que vão realizar, e já estão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Denian, V.Ex.^a passa usar o horário do Podemos.



DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço, Sr. Presidente. Voltando, Deputado Gugu disse que, no dia 9, estão chamadas a comparecer à Assembleia as diretorias das concessionárias. Que bom! Que firmem o compromisso neste parlamento com transparência, que aceitem a lei já existente e que aceitem a ampliação da lei porque hoje essa lei, embora ótima, não tem efetividade. Essa lei é um pedaço de papel que ninguém cumpre. Queremos justamente ampliar a força da lei, forçar as concessionárias para que elas digam o que estão fazendo, quando vão terminar e qual é a obra que é realizada.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Pois não.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Deputado Denian, primeiro fazer um comentário sobre o início da sua fala, quando você relatava alguns comentários de conhecidos sobre a discussão em Plenário, o fato de um Deputado estar usando a tribuna e poucos prestando atenção. Quero dizer a V.Ex.^a que vamos construindo uma imagem nesta Casa e quando V.Ex.^a, por exemplo, sobe à tribuna, é evidente que naturalmente há uma atenção por parte do resto do Plenário, porque V.Ex.^a sobe na tribuna não é todo dia, V.Ex.^a sobe na tribuna quando tem um assunto relevante, pertinente e importante para falar. Então é evidente que V.Ex.^a ganha atenção naturalmente de todo o Plenário. Então, só fazer esta reflexão e parabenizar pelo seu posicionamento. Aproveitando o tema tratado por V.Ex.^a, de fato já tivemos a confirmação por parte dos diretores das empresas concessionárias, das pedageiras, que estarão no dia 9 de abril perante a Comissão de Obras, mas quero aproveitar a sua fala para estender este convite a todos os Deputados desta Casa. Será uma reunião aberta, não uma Audiência Pública, uma reunião mesmo de trabalho, mas aberta para todos os Deputados, justamente para que agora, com o contrato assinado, elas passem um cronograma das obras, para que esta Casa tenha todas as condições... Aprovamos hoje também na Comissão um pedido da Mesa Executiva, da contratação de uma consultoria especializada que nos possibilite tecnicamente



acompanhar essas obras, para que não aconteça o que aconteceu no contrato passado, onde tantas e tantas obras que estavam no contrato não foram executadas em prol do povo do Paraná. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço, Deputado Gugu, e quero cumprimentá-lo pelo trabalho que é desenvolvido na Comissão de Obras aqui da Assembleia. Cumprimentá-lo particularmente pela iniciativa de chamar as pedageiras a esta Casa, para que apresentem o cronograma das obras, isso é fundamental - nós precisamos saber, como representantes da população. E tenho certeza de que o senhor também concorda comigo: essa informação tem que ser pública, tem que estar publicizada. O cronograma das obras, o valor das obras, o prazo para a conclusão das obras, quais obras serão realizadas, isso tudo tem que estar disposto em outdoor, na internet, em site, em redes sociais. Esse pedágio que vai para a praia, o pedágio do Litoral, custa mais de R\$ 20,00, todo mundo que passa por lá diz o seguinte: *Vinte para fazer o quê? Quais são as obras que serão realizadas aqui?* A primeira reclamação é o preço, que é caro; mas a segunda é: *Está bem, estou pagando 20, mas R\$ 20,00 para fazer qual obra?* O que vem aí? Pois, então, que haja transparência. E a concessionária que não cumprir, multa. Multa! Puna-se a concessionária. Se esconder o que é o seu dever, que é prestar contas à sociedade, multa e multa pesada, como já prevê a Lei Estadual n.º 19.924/2019.

Deputado Tercilio Turini (PSD): Posso ter um aparte?

Deputado Goura (PDT): Deputado Denian, pedir um aparte.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Pois não, Deputado Tercilio.

Deputado Tercilio Turini (PSD): Deputado, agradeço o aparte. Quero cumprimentar V.Ex.^a pelo pronunciamento. Estamos iniciando uma nova fase do pedágio, um novo modelo de pedágio no Paraná. Nós que acompanhamos aquele pesadelo que foi o pedágio passado, a concessão anterior, um dos grandes problemas da concessão anterior é que não havia nenhuma transparência –



sabíamos dos aditivos lá atrás meses, às vezes anos depois que foi concedido o aditivo. Em Londrina tem uma obra, era a única obra que tinha na concessão anterior, que era o Contorno Norte, uma obra importantíssima, ela estava prevista para os primeiros cinco anos do contrato anterior e, em uma canetada, o Ex-Governador Jaime Lerner jogou para os últimos cinco anos e a obra, como tantas outras, acabou não saindo do papel. Temos aí talvez uma centena das obras que não foram realizadas. Temos, por exemplo, o Contorno Sul de Arapongas que estava na obrigação, continuou na obrigação, foi feito um acordo judicial com a ex-concessionária Viapar e está parado lá já há três anos, feito o acordo judicial e a obra não sai do papel. Temos uma lei aprovada aqui nesta Casa que é a Lei do Pedagiômetro, porque é importante sabermos quanto as concessionárias arrecadam. Em 24 anos de concessão anterior, não sabemos quanto as concessionárias arrecadaram e nunca vamos saber, porque não tinha controle. Então, esta nova concessão – que vamos colocar aqui, vamos participar dessa reunião -, é importante que em cada praça tenha um dispositivo para informar em tempo real quanto as concessionárias estão arrecadando por segundo, por minuto, por hora, por semana, por mês e por ano. Isso é fundamental, como aquilo que V.Ex.^a está colocando, as obras, quando elas começam, o andamento e quando elas terminam. Parabéns.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Denian, permita-me.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Obrigado, Deputado Tercilio. Deputada Mabel.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Só para relembrar, aqui no Paraná temos uma lei já aprovada por esta Casa, que inicialmente a iniciativa foi minha e do Deputado Homero Marchese, justamente sobre a questão do videomonitoramento, sobre as medições. Posteriormente, o Governo do Estado também protocolou uma lei e, em acordo, fizemos então um substitutivo no Projeto de Lei do Governo, mas quero lhe informar que é lei aqui no Estado do Paraná justamente essa questão



das medições, que têm que ser informadas e publicadas, inclusive em tempo real, o videomonitoramento.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Acho que todas essas medidas são fundamentais, é um conjunto de esforços, de leis já existentes, o que apresentei aqui foi justamente uma emenda à norma que já existe, para que tenhamos uma nova fase com este novo pedágio. Pois não, Deputado.

Deputado Goura (PDT): Deputado Denian, quero parabenizá-lo e também somar aos esforços. É muito importante que todo este processo das obras tenha transparência e celeridade. E só fazer um registro: durante a discussão do pedágio o nosso mandato também elaborou diversas sugestões à ANTT, requerimentos para a implantação de estruturas cicloviárias nos trechos urbanos da rodovia, em especial da 277, em especial o trecho de São José dos Pinhais e Paranaguá, que são trechos extremamente perigosos para os ciclistas. Então, vamos nos somar aos esforços desta Casa e de V.Ex.^a para que tenhamos celeridade e rapidez, porque estamos falando de vidas que serão salvas com essas obras. Meus parabéns.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço aos Deputados que apartearam este orador. Concluo dizendo que esta é uma pauta creio que de todos nós, não tem viés ideológico aqui, tem é o interesse público como farol naquilo que buscamos para esta relação, que será de três décadas, entre o poder público e as pedageiras. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Gugu Bueno – PSD): Obrigado, Deputado Denian. Vamos ouvir agora, pelo horário da Liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados e todos que acompanham esta Sessão Plenária. Bem, o problema do pedágio é um problema grave no Paraná não é de hoje, mas infelizmente nós Deputados Estaduais temos muito pouco poder sobre o pedágio, sabemos que isso está nas mãos do Governo Federal. Então, por mais que trabalhemos e



temos que trabalhar aqui, dificilmente mudamos alguma coisa! Essa é a verdade que temos que dizer à população. Não temos aqui poder, Deputado Gugu, poder de impor algo ao Governo Federal. Não temos! Podemos, sim, lutar, debater, discutir, fazer Audiências Públicas, mas está nas mãos do Governo Federal. Isso aí tudo mundo sabe! Enfim, ando muito preocupado realmente é com a situação do Brasil. O Brasil hoje já não vive uma democracia, o Brasil hoje vive uma tal de democracia relativa. Constituição Federal, não sei para que serve hoje. O Supremo Federal não é mais uma Suprema Corte, o Supremo Federal hoje é um partido político, é um puxadinho do PT ou é dono do PT. Nós não sabemos ainda o que está acontecendo! Alguém viu o Alexandre de Moraes dar 48 horas para alguém do Governo Lula ou para o Lula explicar alguma situação? Não, vocês não viram e nem vão ver, porque ele não vai pedir. O Ministro da Justiça, quando visitou o Morro da Maré, um lugar de tráfico, de crime organizado, ninguém perguntou nada. O que ele foi fazer lá? A mídia não se preocupou, o Supremo não se preocupou. Ministro da Justiça! Imagens do dia 8, tem? Não tem, dizem que apagou. O Flávio Dino disse que apagaram, infelizmente não tem imagem. E mais pessoas civis foram presas e umas condenadas a 17 anos de cadeia. Isso é um crime contra essas pessoas. É tamanha arbitrariedade. Eu muito me admiro de não ver a OAB se manifestar em nada, a OAB Nacional. Isso chega a ser ridículo, porque quem foi preso não tinha foro privilegiado, deveria estar na primeira instância esse julgamento. Então, perdeu-se a ordem das coisas. A ordem jurídica não tem mais. Alguém viu imagens do presídio de Mossoró, onde fugiram dois criminosos do crime organizado? Um presídio de segurança máxima onde nunca fugiu ninguém, só foi fugir no Governo Lula. Tem imagem? Não. O Ministro Lewandowski falou: *Ah, era Carnaval, estava meio frouxa a segurança*. Alguém ouviu o “Xandão” dar 48 horas para alguém explicar a situação? Não, não ouviu e nem vai ouvir. Agora tem imagem de dentro da Embaixada da Hungria, imagem clandestina, vazada. A Polícia Federal deveria estar investigando quem vazou, como vazou. O “Xandão” deveria dar 48 horas para alguém explicar, a imprensa que divulgou, mas não, não vai pedir nada. O problema hoje: o Brasil afundando, a



economia afundando, a Petrobras perdeu 70 bilhões do valor dela em um ano, em um ano apenas de Governo Lula, e ninguém fala nada, ninguém investiga. A Polícia Federal deveria investigar o que está acontecendo no Governo. Como que a maior empresa do Governo, a Petrobras, perde 70 bi do valor dela? Ninguém está preocupado, o “Xandão” também não está preocupado, mas ele está preocupado é com o Bolsonaro. Então, hoje, o Bolsonaro... Olha só, o Presidente que não teve nenhum crime no Governo dele, zero corrupção, zero na vida dele inteira, hoje não pode sair do País, pegaram o passaporte dele. O Bolsonaro não pode se encontrar com o Valdemar, que é o Presidente do Partido dele - ordem do “Xandão”. O Bolsonaro não pode ir às cerimônias militares, nem da PM - ordem do “Xandão”. Bolsonaro não pode chegar perto de baleias – inédito – ordem do “Xandão”. E agora Bolsonaro não pode ir às Embaixadas. Ele pode respirar ainda, embora tenham tentado matá-lo, para ele não respirar mais. Agora, não está escancarada, Deputado Hussein, escancarada uma perseguição? Já não virou uma palhaçada, uma piada? Agora a Federal, uma organização que tinha todo o respeito da população brasileira e está se desmontando, não toda ela, parte dela ligada ao “Xandão”, agora querem investigar o porquê que o Bolsonaro dormiu na Embaixada da Hungria. Ora, ele dorme onde ele quiser! Onde está na lei? A Câmara Federal, o Senado, fizeram alguma lei que um ex-Presidente não pode dormir em uma Embaixada? Não é ridículo isso? E aí a mídia, a Rede Globo, a “Globo lixo”: *Olha só, agora sim vão prender ele, porque ele tentou fugir!* Fugir da onde? Estava dentro do Brasil, ficou dois dias e saiu. Se eu fosse ele, hoje ia dormir na Embaixada de Israel. Qual é o problema? De onde estão inventando crime? Querem criar crime de qualquer jeito onde não tem crime, para inventar uma prisão. Então, hoje, a máquina da Suprema Corte, que é um custo bilionário aos cofres públicos, está preocupada com o Bolsonaro. O País afundando, criminalidade aumentando, os rombos nas estatais aumentando, mas eles não estão preocupados. Estão preocupados realmente em arrumar um motivo para prender Bolsonaro. Já tentaram de tudo, não é? Carteirinha de vacina, baleia, móveis roubados, joias... Tudo deu em nada, porque não tem crime. Nós sabemos



que o criminoso realmente está presidindo o Brasil. Esse foi investigado, julgado e condenado em todas as instâncias, com mais de 3 mil provas, e está solto. Quem está mandando no Governo hoje é tudo ex-presidiário da Lava Jato, estão aí e ninguém fala nada. Sabe o que envergonha, gente? O que envergonha? Por que o único que podia frear essas arbitrariedades do STF é o Senado Federal. O Sr. Rodrigo Pacheco é o maior covarde e traidor do nosso Brasil, porque não faz nada. Está vendo tudo o que está acontecendo, a ordem jurídica foi destruída, os valores do direito acabaram, não tem mais, não tem mais lei no Brasil. A pessoa que é traficante é pega e colocada na rua, e uma senhorinha com a Bíblia embaixo do braço pega 15 anos de cadeia porque estava em frente aos quartéis. Olha a que nível chegou o Brasil! E quem é da Esquerda e acha divertido, amanhã pode virar o cerco e pode acontecer com vocês também! Nós defendemos a democracia de verdade e a liberdade, que está se perdendo a cada dia no Brasil. É algo inacreditável! “Xandão” resolve prender, prende e não interessa se ele pode, se não pode, ele atropela o MP, atropela os juízes e faz o que quer. Virou uma lambança isso aqui, e todo mundo calado. Senadores da República, tenham coragem e vergonha na cara! Vocês têm que estar unidos para retomar a democracia em nosso Brasil. Até quando vão ficar aqui reféns de um Ministro que tem uma caneta e que está destruindo a democracia, o Estado Democrático de Direito? Uma vergonha o nosso Brasil! Todas as Assembleias deveriam estar unidas contra isso, porque, se perdermos a nossa liberdade, qual futuro o Brasil terá? O futuro da Venezuela, idêntico! Lá na Venezuela vai ter eleição agora, o Maduro prendeu todo mundo que concordava com ele. Essa é a democracia relativa que o Lula apoia e nada falou também, se calou, vendo aí na Venezuela. Que barbaridade! Em apenas um ano, o Brasil já está assim - as estatais todas endividadas, o Governo sem dinheiro... O Governo Federal não tem dinheiro nem pagar o Bolsa Família, já eliminou 8 milhões de pessoas e assim caminha, e parece que está tudo bem para a Rede Globo. Tudo aumentou no Brasil, o poder aquisitivo despencou, desemprego aumentou e está todo mundo tranquilo aqui! O Paraná, gente, não é uma ilha. A água vai bater na boca de todo mundo, vai sim.



Vocês não tenham dúvida de que, do jeito que está este nosso País, daqui mais um ano vocês vão ver como vai estar a economia do Brasil. Ainda bem que o cenário mundial está mudando, a Direita vem avançando, vem ganhando, vai continuar a ganhar e vai varrer esse lixo da Esquerda comunista ditadora que tem no mundo, que onde põe a mão é desgraça para o povo. Desafio vocês a acharem um país... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ricardo, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Um minuto para concluir. Vou concluir, Sr. Presidente. E vou repetir aqui, não tem um país sequer dominado por ditador, todos que o Lula apoia, os líderes estão vivendo feito reis, só que o povo na miséria, sem comida e as pessoas fingem que está tudo bem. A Esquerda prefere aí atacar, o que não tem a mínima noção. *Ah, o Delegado Tito foi em uma batida policial!* Ora, o Lula está quebrando o Brasil, gente! O “Xandão” está destruindo a democracia! Vocês estão preocupados com isso aqui? Que vergonha, gente! Vamos acordar para a realidade. O Bolsonaro é inocente, tem apoio popular, não cometeu crime nenhum. Quem cometeu crime nesta Casa está sentado naquela cadeira, condenado em 2.^a instância, Sr. Renato Freitas. O senhor está rindo. Rindo do quê? O senhor, que é opressor de mulher, está rindo? O senhor, que a sua companheira... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ricardo, por favor, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... O senhor é opressor, não é oprimido. A sua máscara caiu. Vou ler a carta ainda. Vou deixar para outro dia, hoje não. Hoje tem assunto muito mais importante do que o Deputado Renato Freitas, que realmente pouco importa no cenário paranaense e no cenário brasileiro, só para o seu público desinformado. Obrigado.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Aqui, como parlamentares, somos, querendo ou não, representantes do povo e, por assim ser, colocamo-nos como exemplo, como espelho, como referência para o modo de conduzir a nossa vida pública no que diz respeito ao próximo, aos cidadãos. E, como bem sabem os pais que têm filhos, assim como as mães, mentir é feio, é mau exemplo, conduz o seu filho à perdição. Perdem-se primeiro de si mesmas, porque as crianças não nasceram mentirosas. Depois, com o tempo, perdem-se no seu vínculo com o próximo, já não têm mais amigos, já afastou a família e já afastou principalmente ele dele mesmo. Quando essa mentira é naturalizada, torna-se uma filosofia de vida chamada hipocrisia. Essa filosofia hipócrita de ser faz com que alguns Deputados desta Casa encarnem um personagem, como, se saísse da porta para fora, eles tirassem a máscara, os trajes e voltassem a ser quem realmente são. Ao invés de conservadores rigorosos, cristãos convictos, moralistas, eles voltam a ser o que sempre foram: cegos, escravos da vaidade, reféns da cobiça e dos prazeres, sobretudo o dinheiro. A raiz de todos os males é o dinheiro. E por dinheiro, que por sua vez gera poder, são capazes de qualquer coisa. E eu testemunhei aqui nesta Casa as coisas e as mentiras que alguns dizem por dinheiro. Ricardo Arruda, por exemplo, disse certa vez que o movimento de reforma agrária não merece credibilidade, que distribuir a riqueza entre os pobres, no caso a terra, não vale credibilidade, porque, segundo ele, o arroz do MST não era orgânico. Logo depois, um minuto depois o Deputado Requião o desmentiu aqui ao vivo, na mesma Sessão. Depois, ele disse que o agora Ministro da Justiça, ou melhor, Ministro do STF, Flávio Dino, tinha contra ele mais de cem processos. Foi desmentido também ao vivo. E depois ele disse que o jovem assassinado pelas costas era alguém armado, perigoso e que tinha que ser abatido covardemente com dois tiros na cabeça, como de fato foi, no Campo Comprido, zona Oeste da periferia de Curitiba. E depois foi desmentido, porque os próprios guardas municipais tiveram, diante das provas, de assumir que assassinaram o



jovem que estava desarmado, mas, segundo eles, a arma disparou sozinha. Eles mesmos abandonaram a versão de que foi legítima defesa, a versão comprada pelo Ricardo Arruda. Esse senhor disse aqui que os atentados contra a democracia do dia 8 de janeiro foram obras de petistas. Esse senhor disse aqui também que o Bolsonaro não cometeu nenhum crime, e que por isso não deve ser cassado, quando sabidamente é uma mentira. Ele tentou se apropriar de joias, ele iniciou um processo fraudulento na compra de vacinas, ele deixou vacinas vencerem durante uma pandemia para sustentar uma versão ideológica de extrema direita de que vacina faz mal, é coisa de comunista. A Sr.^a Márcia Huçulak, que trabalhava na Saúde de Curitiba, provavelmente pode atestar a desgraça que foi a desinformação no auge da pandemia. Todas essas mentiras passam impunes no Parlamento. Ele acabou de dizer, por exemplo, que eu agredi “X” ou “Y” ou qualquer pessoa. Ora, são acusações graves que não constam em nenhum processo judicial, que não constam em nenhum boletim de ocorrência. E ele se acha no direito de construir ataques cada dia mais raivosos. Por quê? Que tempos são estes? Que Parlamento é este que permite que a mentira se torne uma convivente, uma convidada, uma hóspede na Casa da democracia? Que tempos difíceis, que exigem de nós parlamentares coragem. Coragem de quê? De combater a mentira? Não precisa, a mentira cai sozinha. Este que está à minha frente, chamado Deputado Ricardo Arruda, que louva o Bolsonaro dia sim dia não, que adora o Bolsonaro como se ele fosse uma espécie de Deus, ele recebeu, lá na sede do partido dele, Partido Liberal, uma carta do Eduardo Bolsonaro, filho e braço direito do Bolsonaro, dizendo sabem o quê? Aquilo que eu mesmo digo todos os dias, que o Sr. Ricardo Arruda é mentiroso e que não é digno de confiança, porque gravou uma reunião entre o Presidente Bolsonaro, o ex-Presidente Bolsonaro, graças a Deus, e o Beto Richa. E agora a Família Bolsonaro está pedindo a expulsão dele do partido, dizendo que ele é um mentiroso. Caiu sozinho. Coragem não é para enfrentar esse tipo de gente, porque eles caem sozinho. O Tito, que fala que aquele que comete crimes tem que morrer, cometeu ele um crime andando com a arma de porte ilegal, porque é



para CAC. Cometeu ele um crime, usurpando a função pública de delegado que ele não é mais, porque é Deputado, licenciado para tanto. Cai sozinho. Coragem não é para combater os mentirosos, que caem sozinhos. Repito: coragem este Parlamento precisa para também dizer a verdade, para ser de verdade, para fazer política de verdade. Enquanto falo da verdade, muitos estão de costas, e isso representa este Parlamento, que está há muito tempo de costas com a verdade. E, para que haja verdade e melhoria para o povo, tem que haver uma única coisa, o compartilhamento das riquezas. A divisão das riquezas, das terras, principalmente. Marielle Franco foi assassinada porque lutou contra os grileiros milicianos que queriam cada vez mais concentrar as terras em suas mãos. E hoje, aqui nesta Assembleia, quem dá as cartas são os coronéis, donos das terras. O Governador do Estado é dono das terras; o Michel Temer, golpista, era dono das terras; Aécio Neves era dono das terras; os escravocratas eram donos das terras. Ainda vivemos um paradigma de subdesenvolvimento, em que o agronegócio, a partir de seus fazendeiros, impõe uma economia do fracasso, de exportação de soja e milho. E ainda têm a pachorra de dizer que o agro é pop. Mas nenhum fazendeiro desta sala, desta plenária tem calo nas mãos. Talvez porque o povo seja pop, o agro não. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Liderança da Oposição, Deputado Requião. Declina. Liderança do Governo, Deputado Hussein. Declina. Faço um apelo aos Deputados que venham ao Plenário, nosso quórum está baixo. Vamos iniciar aí a Ordem do Dia.

Tenho dois Projetos, duas Mensagens encaminhadas pelo Governo. Uma delas, **Mensagem n.º 19/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 182/2024**) que altera a Lei n.º 18.877, de 27 de setembro de 2016, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais e adota outras providências. E também há outro Projeto de Lei, **Mensagem n.º 20/2024** do Governador do Estado, encaminhando para



apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (**autuado sob o nº 183/2024**) que altera dispositivos da Lei nº 14.431, de 16 de junho de 2004, que institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná.
Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Bührer (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (47 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Arilson Chiorato (PT), conforme art. 97 inc. I do § 3º do Regimento Interno, Delegado Jacovós (PL), conforme art. 104 inc. I do Regimento Interno, Professor Lemos (PT), conforme art. 97 inc. II do § 3º do Regimento Interno, Marcel Micheletto (PL), conforme art. 97 § 4º do Regimento Interno, e Reichembach (PSD), conforme art. 97 inc. I do § 3º do Regimento Interno (6



Parlamentares); Deputado ausente sem justificativa: Luciana Rafagnin (PT) (1 Parlamentar).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 176/2024**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação Esportiva Independente de Mountain Bike de Manoel Ribas, com sede no município de Manoel Ribas; **Autuado sob o n.º 177/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a obrigatoriedade de acomodação, em espaço único, específico e de destaque, dos produtos alimentícios análogos ou similares, em locais que determina, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 178/2024**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui a Rota Moto Turística Circular da PR 218 – Rodovia Jayme Canet, denominada Rota do Caribe, entre os municípios de Carlópolis e Ribeirão Claro; **Autuado sob o n.º 179/2024**, do Deputado Denian Couto, que altera dispositivos da Lei n.º 19.924, de 2 de setembro de 2019, que obriga as concessionárias de pedágio a afixar o cronograma de obras do Programa de Exploração do Lote previsto no contrato com o Governo do Estado; **Autuado sob o n.º 180/2024**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de Capital Paranaense do Café ao município de Carlópolis; **Autuado sob o n.º 181/2024**, do Deputado Márcio Pacheco, que concede o título de utilidade pública à Associação de Pais, Professores e Funcionários do Centro de Educação Menino Deus – APPF-CEI, com sede no município de Piraquara. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1- 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 217/2023, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que dispõe sobre a obrigatoriedade de agências bancárias, cooperativas de crédito e instituições financeiras em geral fornecer aos clientes comprovantes do início do atendimento. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda.



Substitutivo Geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno Substitutivo Geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Alexandre votando. Deputado Batatinha, seu voto. Deputado Renato e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Marcel Micheletto, Marli Paulino, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach e Ricardo Arruda (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, meu voto é “sim”.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Presidente, por favor, registre meu voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Trinta e nove votos, com os votos dos Deputados Do Carmo e Ricardo Arruda.

ITEM 2 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 483/2023, de autoria do Deputado Batatinha, que identifica a Festa no Arraiá como representação da Cultura Paranaense. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Emenda da



CCJ. Vamos apreciar neste turno Emenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, enquanto os Deputados votam, quero fazer o registro de que estamos aprovando nesta Sessão um pedido de envio de expediente ao Diretor-Presidente da EPR Litoral Pioneiro, ao Diretor-Presidente da Via Araucária S/A e, também, para a Agência Nacional de Transportes Terrestres, solicitando providências administrativas relacionado ao feriado de Páscoa nas rodovias paranaenses. Por que estamos preocupados? É que no feriado de Páscoa temos o maior movimento das estradas de forma concentrada e, se não houver uma operação especial das concessionárias considerando o que aconteceu no final de semana passada, teremos um verdadeiro caos das rodovias que iniciaram agora a cobrança de pedágio. É necessário que haja uma atuação por parte das concessionárias e da ANTT, para que não haja as filas como verificamos na última semana. E se houver filas de mais de 20 minutos que seja liberado o tráfego para que, efetivamente, o usuário de rodovia não seja prejudicado de uma forma intensa. Temos que ter uma solução e penso que a ANTT e as concessionárias têm que ter sensibilidade de tratar esse tema. Por isso que apresentamos este envio de expediente em nome da Assembleia Legislativa. É isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): É verdade, temos o feriado da Páscoa, que pode ser um caos. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson, Cristina, Fabio, Goura, Corti, Romanelli, Nelson Justus, Renato Freitas, Arruda e Soldado Adriano. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia,**



Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (41 Deputados) Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a Emenda em 2.ª Discussão.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, quero registrar meu voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Devidamente registrado em Ata.

ITEM 3 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1012/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 198/2023, que institui o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ, sendo as emendas sob os n.os 1, 2, 6, 24, 26, 29, 31, 32, 34, 35, 37 e 38 na forma da Subemenda Substitutiva Geral. Vamos apreciar neste turno a Subemenda Substitutiva Geral aprovada em 2.ª discussão. Em discussão a Subemenda Substitutiva. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto. Voto “sim”.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Pela Ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Ordem, Deputado Tito.



DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero parabenizar o Governo do Estado pelo Código Disciplinar da Polícia Civil. Muito bem feito, muito bem organizado. Parabenizo o Delegado-Geral de Polícia, do Departamento da Polícia Civil, porque é uma vitória para toda a sociedade. Parabéns aos Deputados e a V.Ex.^a, que auxiliam na materialização de algo que é imprescindível para a Polícia Civil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Gugu, seu voto, Luís Corti, Deputado Romanelli, Deputada Márcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Renato Freitas, Soldado Adriano e Tiago Amaral.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Voto “sim”, Presidente. Não estou conseguindo votar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Professor Lemos, Reichembach e Soldado Adriano José (13 Deputados). Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda Substitutiva Geral. Quarenta e dois votos, com o voto da Deputada Márcia Huçulak. Está aprovada a Subemenda Substitutiva.**

ITEM 4 –2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 161/2023, de autoria da Deputada Maria Victoria, que institui o Dia de Conscientização sobre a Triagem Neonatal no



Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Sr.^s Deputados, votando. Deputados Corti, Marcio Pacheco, Marli Paulino, já votou, e Delegado Tito.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Reichembach e Soldado Adriano José (14 Deputados). Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 161/2023. Quarenta e um votos, com o voto do Deputado Corti.

ITEM 5 –2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 508/2023, de autoria da Deputada Maria Victoria, que institui a Semana Estadual de Conscientização da Síndrome De Prader-Willi. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Do Carmo, o seu voto, por favor. Deputada Mabel, Marcio Pacheco, Fabio Oliveira. Deputado Alexandre Amaro, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Professor Lemos e Reichembach (11 Deputados).]Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 508/2023.**

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, gostaria de registrar o meu voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada. **Quarenta e quatro votos, com o voto da Deputada Ana Júlia. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 548/2023, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Alexandre Amaro, que institui a Semana Estadual do Influenciador Digital, a ser celebrada anualmente na última semana de novembro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Requião Filho, Ana Júlia, Doutor Antenor, Goura, Luciana Rafagnin e Renato Freitas.) O Projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ.**

Os Itens 7 e 8 vamos fazer votação agrupada, são matérias correlatas.



ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 621/2023, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública ao Instituto SOS 4 Patas, com sede no município de Campo Largo. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 932/2023, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Somar Mais Um, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, quero fazer um pedido público aqui. Estava conversando com o Deputado Hussein e agora há pouco também com as nossas assessorias. Iríamos votar ontem um relatório da Comissão Especial do Código do Autismo. A pedido do Governo, consideramos adiar a votação na Comissão Especial para segunda-feira, às 13h30.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, por favor, peço um pouco de silêncio, porque o recado que o Deputado Evandro está dando é muito importante.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, a pedido do Governo, transferimos a reunião da Comissão Especial para segunda-feira, às 13h30, para votação do relatório já com as emendas do Código do Autismo. No entanto, Presidente, a comunidade toda, as entidades, as associações, estão esperando que na semana que vem, que é a semana alusiva, inclusive haverá uma audiência pública da Deputada Flávia, terá no Grande Expediente uma pessoa falando, têm outras ações que vão acontecer na Casa, na semana que vem em relação ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

autismo. Os deputados que gostam e trabalham com esse assunto também vão, obviamente, fazer algumas ações. Seria de muito bom grado, Presidente, que a semana que vem pautássemos a matéria, então, aqui no Plenário, como toda a comunidade está esperando. Temos assuntos para resolver aqui com a Liderança do Governo. O Deputado Hussein está demandando conosco, estamos tentando encontrar uma solução. No entanto, a expectativa de todos é que possamos votar a partir de terça-feira, ou segunda ainda, o Código do Autismo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Em primeiro lugar, quero parabenizar os autores dessa iniciativa. Têm vários autores aqui, não estou com o nome de todos. Vejo alguns deles ali: o Deputado Alisson, o Deputado Evandro, a Deputada Flávia, a Mabel. São 44 deputados. Em primeiro lugar, quero dizer que a causa é extremamente nobre. Isso aqui é unanimidade entre todos nós. O que não é fácil é a minha situação de Líder do Governo. Vossa excelência já foi, o Romanelli já foi, e muitas vezes nos deparamos com algumas questões que tentamos superar. Nesse caso específico estamos tentando superar algo que foi detectado na Casa Civil e pela Procuradoria, que é um vício de iniciativa. Estamos tentando superar. O Governo sinalizou com a possibilidade de mandar um Substitutivo entre hoje e amanhã. Acho que podemos avançar no diálogo, construir. O objetivo desta Liderança, Presidente, é fazer com que todos os pleitos sejam atendidos. Então, só quero justificar aos colegas que está sendo feito um grande esforço, um trabalho grande, porque a causa é nobre. Ela é meritória de todo esforço de todos nós. Acho que vamos chegar a um denominador comum, com bastante bom senso.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, só para complementar. Agradecer ao Deputado Hussein pela disposição do diálogo. Também pedir o apoio de V.Ex.^a, que foi quem deu o pontapé inicial nesse processo todo, em abril



do ano passado. Vossa Excelência pediu que tivéssemos essa matéria. Era previsto que chegaríamos em um momento de, talvez, tensão, divergências que são comuns. No entanto, agora, precisamos avançar, que tem toda uma comunidade esperando, foram 308 contribuições da sociedade. Quero também deixar claro aqui a disposição da Liderança do Governo, da assessoria da Liderança, das nossas assessorias, só que precisamos agora avançar e findou o prazo. E toda uma comunidade espera, portanto, que votemos. Era isso. Agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Evandro. Pode ter a certeza de que também vamos interceder junto ao Governo, juntamente com o Deputado Hussein, porque o tema é importante. Tendo o entendimento, iremos pautar na semana que vem, sem nenhum problema. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas e Ricardo Arruda (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, por favor, registre o meu voto, por favor. Voto “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Quarenta e três votos, com o voto do Deputado Arruda. Estão aprovados os dois projetos.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 83/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 5/2024, que altera a Lei n.^o 19.776, de 18 de dezembro de 2018, que institui o Teletrabalho no âmbito do Poder Executivo do Governo do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Professor Lemos e Reichembach (11 Deputados).]Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^o 83/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.



Requerimento n.º 735/2024, da Deputada Maria Victória, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 161/2023 da Ordem do Dia, pois o mesmo foi aprovado sem emenda no curso de sua tramitação. Também da Deputada Maria Victoria, **Requerimento n.º 732/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 508/2023 da Ordem do Dia, pois o mesmo foi aprovado sem emenda no curso de sua tramitação. Deputados que apoiam permaneçam como estão.**Aprovados os Requerimentos. (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.os 723 e 724/2024, dos Deputados Márcio Pacheco, Gugu Bueno e Batatinha, solicitando o envio de moção de congratulações e aplausos: à Eucatur - Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo, pelos 60 anos; e à AEAC - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cascavel, pelos 50 anos; **Requerimentos n.os 725, 726, 729 e 746/2024**, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos Sr.ºs: Major Valter Ribeiro da Silva; Doutor Edson Higa; Doutora Maria Helena Jansen de Mello Keinert; e Érico Carvalho Pereira; **Requerimentos n.os 730 e 739/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações: ao Dr. Francisco Zanicotti, em reconhecimento aos notáveis serviços prestados ao Ministério Público, destacando sua eleição com o maior número de votos e nomeação como Procurador-Geral de Justiça do Paraná; ao Quermesse, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área do comércio, da gastronomia e do turismo; **Requerimentos n.os 733 e 741/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de menção honrosa: à Aramart, comandada pelo Sr. Valter Luís Trojan, em reconhecimento às ações que contribuem diretamente com o desenvolvimento social do Sudoeste do Paraná; e à triatleta paranaense Liana Michelon, pela dedicação e destaque no esporte paranaense;



Requerimento n.º 734/2024, dos Deputados Alexandre Curi e Hussein Bakri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa às pessoas relacionadas, em razão do Dia Nacional da Comunidade Árabe, celebrado no dia 25 de março; **Requerimento n.º 738/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos atletas remadores do Projeto Educaiaque, a dupla Davi Manoel Costa Camara e Vinicius dos Santos Ramos, pela conquista do 1.º lugar na 1.ª Copa Brasil de Canoagem de Velocidade, na modalidade K2M500M (menor), que ocorreu no município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, entre os dias 22 a 24 de março de 2024; **Requerimento n.º 742/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Valdemar Kalixtro dos Santos, ocorrido no dia 25 de março, em Guarapuava; **Requerimento n.º 743/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, apresentando sugestões de aprimoramento no programa “Mais que Energia”, incluindo alimentos orgânicos em escolas municipais do Estado; **Requerimento n.º 748/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da EPR Litoral Pioneiro S/A e à Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT, requerendo providências administrativas relacionadas ao feriado de Páscoa nas rodovias paranaenses; **Requerimento n.º 749/2024**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando o envio de menção honrosa ao médico paranaense Leonardo Riella, que comandou o primeiro transplante de rim de um porco geneticamente modificado para um paciente humano vivo, só orgulha o Paraná e a população do estado; **Requerimento n.º 755/2024**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o encaminhamento do Requerimento n.º 669/2024, moção de apoio à candidatura do advogado Paulo Roberto Pegoraro Junior, Ex-Vice-Presidente da OAB Cascavel, ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, ao Conselho Federal da OAB.

Requerimentos com despacho do Presidente.



Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e à Diretoria Legislativa para providências:

Requerimento n.º 745/2024, da Deputada Maria Victória e dos Deputados Soldado Adriano José e Hussein Bakri, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 8 de abril de 2024 para ouvir a Secretária da Educação do município de Curitiba, Sr.^a Maria Silvia Bacila, que disporá sobre o cadastro escolar, critérios e procedimentos e auditorias dos dados.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 727/2024, dos Deputados Gugu Bueno, Luiz Fernando Guerra, Thiago Bührer e Márcia Huçulak, requerendo a inclusão dos Parlamentares subscritos como coautores do Requerimento n.º 669/2024, solicitando o envio de moção de apoio à Candidatura do Advogado Paulo Roberto Junior, Ex-Vice-Presidente da OAB Cascavel, ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ; **Requerimento n.º 731/2024**, do Deputado Márcio Pacheco, informando à Mesa Diretora desta Casa de Leis que se filiou ao Partido Progressistas - PP, solicitando portanto as adequações necessárias nos registros desta Casa.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada); **Requerimento n.º 728/2024**, do Deputado Matheus Vermelho, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 5 de março de 2024; **Requerimento n.º 744/2024**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de março de 2024; **Requerimento n.º 751/2024**, do Deputado Doutor Antenor, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de março de 2024; **Requerimento n.º 752/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de março de 2024; **Requerimento n.º 753/2024**, do Deputado Gugu Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de março de 2024; **Requerimento n.º 754/2024**, do Deputado Denian Couto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de março de 2024.



Deferido conforme o art. 97, § 3º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 740/2024**, do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 26 e 27 de março de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 747/2024**, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 1º a 17 de março de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 750/2024**, do Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25 a 27 de março de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, estou propondo aqui um Requerimento e um registro nos Anais da Casa de uma Menção Honrosa que também teve a iniciativa do Deputado Ney e da Deputada Maria Victoria, uma Menção Honrosa ao médico paranaense Leonardo Riella. Vocês acompanharam nos últimos dias uma notícia que ganhou o mundo. Esse médico, que é filho do Dr. Riella, aqui de Curitiba, comandou um transplante de rim usando o rim de um porco, de um suíno, que foi muito bem sucedido. Portanto, estou fazendo um registro para que seja consignado nos Anais da Assembleia e, claro, soma-se ao Deputado Ney e à Deputada Maria Victoria, de uma matéria que fala sobre a história desse profissional. E faço ainda com uma razão muito maior, vivi um problema com uma filha minha, que é médica, que ficou por 30 dias e, por uma sugestão do Deputado Nelson Justus, que me orientou, minha filha esteve à beira da morte com um problema de rim, e quem salvou a minha filha foi o Dr. Riella, o pai desse médico. Por isso, faço questão de também fazer este registro, porque o pai é o “Papa do rim” aqui no Brasil e o seu filho faz sucesso no mundo hoje comandando uma equipe que virou notícia internacional. Então, faço questão de dar este depoimento porque vivi o drama, onde a minha filha, com uma junta



médica, teve que tirar o rim e, correndo risco de morte, 30 dias à base de antibióticos, os mais fortes possíveis. Devo isto ao Dr. Riella pai e hoje, com muito orgulho, ao seu filho, que é notícia internacional. Agradeço a todos e sei que esta Casa faz este registro porque é um orgulho para os paranaenses termos um profissional da grandeza desse médico brilhando no mundo. Obrigado a todos.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente sessão, marcando outra em seguida, antecipada de terça-feira, com a **Ordem do Dia já anunciada:** Redação Final do Projeto n.º 1.012/2023; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 621/2023, 932/2023 e 83/2024; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 9/2024, 14/2024, 21/2024, 22/2024, 24/2024, 56/2024, 75/2024 e 85/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h44, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)